

1.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 7.<sup>a</sup> Legislatura

Ata da 109.<sup>a</sup> Sessão Ordinária)  
(Convocação Extraordinária)

Realizada em 15 de Julho de 1971

Presidência do sr. deputado Wilson Fortes, secretariada pelos srs. deputados Domicio Scaramella e Leopoldo Jacomel.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes srs. deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Ivo Tomazoni, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Álvaro Dias, Antônio Belinatti, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão (40); achando-se ausentes, os srs. deputados: Nelson Buffara, Quielse Crisóstomo, Antônio Lopes Júnior, Fabiano Braga Côrtes, João Mansur, Paulo Camargo e Xenofonte Villanueva (7).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a  
**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**REQUERIMENTOS:**

— De autoria do sr. deputado Jorge Sato, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei n.ºs 237-70 e 21-71.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário,

REQUER seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozijo à FACULDADE DE EDUCAÇÃO MUSICAL DO PARANÁ, pelo bri-

lhante trabalho desenvolvido pela equipe que a representou junto ao I Congresso Interamericano de Musicoterapia, realizado em Buenos Aires de 1.º a 5 de junho, quando os congressistas ali reunidos, aprovaram uma moção de aplausos ao trabalho apresentado pela delegação paranaense, do que foi comunicado ao exmo. sr. Ministro da Educação e Cultura Jarbas Passarinho.

Requeiro uma vez aprovado o presente, dê-se ciência à Direção da Faculdade de Educação Musical do Paraná, e ao Secretário de Educação, Prof. Haroldo Carvalho.

Sala das Sessões, 15 de julho de 1971.

(a) Igo Lesso

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições, requer à Mesa, ouvida a Casa, consigne-se em Ata um voto de aplausos a atitude do excelentíssimo senhor Governador do Estado, apelando ao presidente do São Paulo Futebol Clube, governador Laudo Natel, pela permanência do atleta José Roberto no futebol paranaense.

Requer, ainda, seja encaminhado apelo à Sua Excelência o Governador do Estado do Paraná lembrando que o Coritiba Futebol Clube não expressa, sozinho, o esporte paranaense. Como esse Clube, outros necessitam do amparo governamental, caso em que se encontra o Esporte Clube Água Verde, credor de verba de quarenta mil cruzeiros da Secretaria de Viação e Obras Públicas, importância dotada em lei para a reconstrução e cobertura de arquibancadas destruídas por um vendaval. O apelo, portanto, é para que Sua Excelência determine o pagamento de tal importância, revelando, assim, seu prestígio ao esporte e não um mero sentido de afeto clubístico.

Sala das Sessões, em 15 de julho de 1971.

(a) Erondy Silvério

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve requer, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, seja endereçado a Sua Excelência o sr. Secretário de Educação e Cultura apelo no sentido de considerar os reclusos do Grupo Escolar "Novo Jardim Alvorada", de Maringá, carente do concurso de mais quarenta (40) professoras primárias, pois grande parte dos alunos ali matriculados comprovadamente retornam aos seus lares sem receberem as aulas programadas.

E para que a assertiva acima não enseje dúvidas quaisquer, o signatário junta a este Requerimento uma lista de alunos queixosos da inconveniente situação que enfrentam, realmente merecedora de uma pronta revisão.

Confiante no alto espírito público do titular da pasta de Educação e Cultura, o signatário aguarda providências requeridas e cuja execução importará no atendimento de reivindicação de tanta justiça e oportunidade.

Sala das Sessões, em 15 de julho de 1971.

(a) Wilson Brandão

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado adiante assinado, usando de prerrogativas regimentais, requer à Mesa com audiência da Casa, seja enviado apelo ao Diretor do Departamento de Trânsito, no sentido de que adote providências para dinamizar a expedição de documentos naquela repartição.

Atualmente, leva-se mais de dez dias para obter um certificado de veículo novo, fato que vem prejudicando o comércio de automóveis, visto que

as financeiras somente operam após a legalização do licenciamento e as firmas oficialmente contam com capital de giro próprio suficiente para arcarem com as operações solicitadas. É um desestímulo ao comércio de veículos, com evidentes consequências no volume de negócios e, portanto, na própria arrecadação do Estado.

Sala das Sessões, 15 de julho de 1971.

(a) Eronay Silvério

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, contendo solicitação para que se determine providências no sentido de que seja concluída a execução das obras que se encontram paralisadas há mais de 10 anos, da sede do 4.º Distrito Rodoviário, localizado no município de União da Vitória.

Com a conclusão dessas obras, as instalações serão transferidas para fora do centro da cidade, pois que, a sede atual encontra-se em precárias condições, não permitindo o bom funcionamento dos serviços.

Sala das Sessões, em 15 de julho de 1971.

(a) Domicio Scaramella

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Requeiro, na forma regimental seja oficiado ao excelentíssimo senhor Secretário de Educação e Cultura, solicitando a sua Excelência, seja informado a esta Casa sobre o montante da despesa contrada por aquela Secretaria de Estado, com a promessa de pagamento às professoras que, após realizarem um estágio de 100 dias, antecedendo ao último concurso para professores primários, trabalharam efetivamente em seu nobre mister.

Tal dispêndio refere-se, ainda, ao primeiro semestre do exercício de 1970 e até hoje as citadas professoras não receberam o que lhes é devido, com o agravante de já ter sido pago parte desse compromisso.

A Secretaria, tem alegado aos interessados não possuir recursos para tal fim, mas o fato é que a obrigação foi assumida e urge ser paga.

Conhecido o montante do que há a pagar, poder-se-ia abrir um crédito especial ou suplementar para a necessária quitação da dívida governamental.

Sala das Sessões, em 15 de julho de 1971.

(a) David Federmann

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Esta Casa, ninguém desconhece, foi convocada pelo Sr. Chefe do Executivo para se reunir extraordinariamente até o dia 31 do mês fluente, com o fim específico de deliberar sobre Projetos apontados por Sua Eza.

Tal objetivo já foi alcançado, isto é, já deliberou a Assembléia sobre todos os Projetos indicados expressamente pelo sr. Governador, para apreciação no atual período extraordinário.

Como decorrência, resta a este Plenário, à falta de matéria sobre a qual possa decidir, a alternativa de limitar-se a debates inócuos e estéreis, num momento em que os srs. Deputados poderiam dedicar-se ao atendimento de interesses regionais ou, mesmo, a compartilhar com os familiares das férias escolares. Não há, assim, por que seguir realizando sessões plenárias.

O esvaziamento ou a própria paralisação da ação plenária, não implica, necessariamente, na cessação da atividade parlamentar, que pode perdurar com o que tem de mais efetivo, ou seja, com os trabalhos das Comissões Técnicas. Para estas, as Comissões, a não realização de sessões plenárias po-

ceria até resultar benéfica, por possibilitar-lhes, mais desembaraçadamente, opinar sobre o elevadíssimo número de projetos que aguardam parecer. No funcionamento dos órgãos técnicos, uma vez inativo o Plenário, as reuniões contariam com a participação alternada de titulares e suplentes, como medida excludente de privilégios.

Todos os srs. Deputados, todavia, desde que cessadas as sessões, permaneceriam atentos a um eventual chamado da Mesa, resultante da necessidade de discutir-se e votar-se novo projeto que o sr. Governador houvesse por bem indicar, para apreciação ainda no atual período de convocação extraordinária.

Em vista do exposto, propomos à Mesa, com audiência da Casa, que a Assembleia só volte a se reunir a 2 de agosto próximo vindouro, para instalação do segundo período ordinário de sessões, ressalvada a possibilidade de propor o sr. Governador novo projeto a ser apreciado ainda no período extraordinário fluente.

Sala das Sessões, em 15 de julho de 1972

(a) **Paulo Poli e outros**

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Regimento Interno, Requer, após ouvido o Plenário, seja endereçado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Cultura, para/que não seja revogado o Decreto n.º 22707, que confere autonomia à FACULDADE DE EDUCAÇÃO MUSICAL DO PARANÁ.

O estabelecimento, funciona desde 1960, com o nome de Conservatório de Canto Orfeônico, passando posteriormente a Faculdade, que ganhou sua autonomia e marco do corrente ano.

Tendo em vista os serviços prestados por essa entidade, apelamos para que continue autônoma, pois poderá prestar maiores serviços à educação musical.

Sala das Sessões, em 15 de julho de 1971.

(a) **Wilson Fortes**

O Deputado infra assinado, no uso de suas atribuições e na forma regimental,

REQUER seja formulado, por intermédio da douta Mesa, ao excelentíssimo senhor ministro da Justiça, professor Alfredo Buzaid, apelo no sentido de que S. Exa. haja por bem propor ao ilustre Chefe do Poder Executivo, general Emílio Garrastazu Médici, o encaminhamento de Mensagem à Câmara dos Deputados, dispondo sobre a suspensão, até 1975, da aplicação da pena prevista no artigo .80 da Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), considerando-se que referida sanção vai dificultando, sobremaneira, o aumento do contingente eleitoral em que se empenham, presentemente, todas as áreas políticas do País, não obstante a colaboração que os Governos Estaduais e Municipais têm prestado à Justiça Eleitoral e, ainda, as facilidades oferecidas pelos mesmos a todos quantos desejem alistar-se.

Sala das Sessões, em 15 de julho de 1971.

(a) **Gilberto Carvalho**

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve REQUER, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário seja dirigida reivindicação ao excelentíssimo senhor Secretário de Educação e Cultura no sentido de, com a urgência possível, adotar providências no sentido de lotar mais oito (8) professoras primárias no Grupo Escolar "CRUZ DO PILARZINHO", pois que o mesmo, contando com 412 alunos matriculados, necessita deste reforço, a

fim de que parte deles não venham a sofrer prejuízos em seu afã de aproveitar, ao máximo, pleno conhecimento das matérias próprias de seu ano letivo.

O signatário antecipa sua convicção de que o presente pedido encontrará eco na SEC, de vez que reconhece ser intento deliberado do sr. Secretário Maurício Carvalho afastar todos os obstáculos que possam formar entrave à execução do plano de sua Pasta, voltando meritariamente para emprestar maior dimensão do Ensino em todos os seus graus.

Sala das Sessões, em 15-julho-1971

(a) Wilson Brandão

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Considerando:

1. Que o Paraná, depois de São Paulo, é o Estado da Federação brasileira que mais consome combustível derivado de petróleo;
2. Que a Petrobrás deverá implantar, brevemente, refinaria no sul do País;
3. Que nosso Estado, não só pelo elevado consumo de combustível, como também pela sua situação geográfica e condições de infra-estrutura, reúne todas as possibilidades para receber a implantação de uma refinaria;
4. Que a alta direção da Petrobrás, nos seus planos de expansões, poderia incluir nosso Estado na anunciada construção de uma refinaria no Sul do País, desde que houvesse uma ação racional e objetiva de todas as nossas autoridades.

Requeiro, à Mesa regimentalmente:

a — Onicie-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado, sugerindo a S. Exa. que se digne determinar a criação de um Grupo de trabalhos com o objetivo específico de promover gestões junto à Petrobrás com o objetivo de obter junto àquela empresa a implantação de uma refinaria de petróleo, em nosso Estado;

b — A criação de uma comissão integrada por Deputados estaduais, com o fim específico de manter entendimentos com a alta direção da Petrobrás, visando o mesmo objetivo do item a.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa aos Exmos. Srs. Deputados Federais da Bancada paranaense; à Associação Comercial do Paraná e à Federação das Indústrias do Estado.

Sala das Sessões, em 15 de julho de 1971.

(a) Maurício Fruct

#### PROJETOS DE LEI:

##### PROJETO DE LEI N.º 150-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar, através do D.E.R., convênio com os municípios de Atalaia e Flórida, destinado à construção de uma ponte, em concreto, sobre o Rio Pirapó, na divisa entre os referidos municípios.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de julho de 1971.

(aa) Basílio Zanusso  
Quelise Crisóstomo

**JUSTIFICATIVA:**

Visa o presente projeto de lei atender uma legítima e antiga aspiração não somente dos municípios de Atalaia e de Flórida, mas também, de outros municípios importantes de uma vasta região do norte do Estado, principalmente aqueles que integram as Associações dos Municípios de Nova Esperança e de Astorga.

Além dos motivos acima expostos, que julgo justificáveis ao atendimento pretendido pela proposição, é de se ressaltar que as Municipalidades de Atalaia e Flórida, reiteradas vezes, através de seus Prefeitos e Vereadores, manifestaram o desejo e decisão de, juntos e em convênio com o Estado, realizarem esta obra importante para a economia de seus municípios e principalmente do Paraná.

**PROJETO DE LEI N.º 151-71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo, através da Secretaria de Transportes, a revestir de asfalto a estrada que liga a Sede do município de Almirante Tamandaré a "Rodovia dos Minérios".

Art. 2.º — As despesas decorrentes da presente Lei, correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de julho de 1971.

(a) Quielso Crisóstomo

**JUSTIFICATIVA:**

A distância da sede do município de Almirante Tamandaré com a Rodovia dos Minérios é de apenas 1.000 metros. Ocorre, entretanto, que apesar da pouca distância, a estrada que faz essa ligação é de terra batida, tornando-se, nos dias chuvosos, quase intransitável. Daí o presente Projeto de Lei, que esperamos seja aprovado.

**PROJETO DE LEI N.º 152-71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado, através da Secretaria dos Transportes, a revestir de asfalto a estrada que liga a sede do município de Campo Largo à Rodovia do Café — BR-376.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da presente Lei, correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de julho de 1971.

(a) Quielso Crisóstomo

**JUSTIFICATIVA:**

O objetivo do presente plano de Lei é dar condições melhores de acesso da população de Campo Largo à Rodovia do Café, inclusive porque, ao longo desse pequeno trecho, apenas 1.300 metros — estão localizadas várias indústrias, principalmente a Indústria Cerâmica do Paraná, de grande importância econômica para o município.

PROJETO DE LEI N.º 153-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado, através da Secretaria dos Transportes, a proceder estudos e execução de novo traçado e asfaltamento na rodovia que liga a sede do município de Campina Grande do Sul à BR 116.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da presente Lei, correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de julho de 1971.

(a) Quielise Crisóstomo

JUSTIFICATIVA:

Atualmente, a distância entre a sede do município de Campina Grande do Sul com a BR 116 é de 5.000 metros. Entretanto, há possibilidade de se reduzir esta distância para apenas 2.500 metros e com o novo traçado da estrada e seu revestimento asfáltico, objetivo do presente projeto, serão inegáveis os benefícios para a população do município.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao nobre deputado Fuad Nacli, primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

Não se encontrando presente o nobre Deputado, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, sr. deputado Borsari Neto.

O SR. BORSARI NETO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Mais uma vez está de parabéns o Ensino Superior de nosso País. E é por assim entendermos que, hoje, ocupamos a Tribuna desta Casa, para fazermos algumas considerações a respeito de duas medidas que entendemos de alto alcance para os Cursos Superiores de Graduação.

A primeira delas diz respeito ao decreto presidencial que instituiu o Sistema Classificatório, assinado em 12 do corrente. E a segunda é o ato do magnífico Reitor da Universidade do Paraná que designou uma Comissão para implantar o regime de Bolsas de Trabalho em nosso Estado.

Quanto ao decreto presidencial, assinado em 12 do corrente, instituiu o Sistema Classificatório nos exames vestibulares, para admissão aos Cursos Superiores. Esse decreto elimina a figura do excedente que, além de trazer dificuldades de fundamentos jurídicos traz, também, a possibilidade de excluir uma série de injustiças em nossos exames vestibulares.

Pois é sabido, srs. Deputados, que fixado o número de vagas, essas não sendo preenchidas na Universidade de Origem, poderão ser ocupadas por estudantes provindos de outras escolas, após terem realizado um exame não tão rigoroso como aquele que tinham prestado.

Verificamos também que esse decreto é o caminho certo para a efetiva unificação regional dos vestibulares. Portanto, nós transmitimos desta Tribuna os nossos aplausos a S. Exa. o Sr. Ministro da Educação e ao Exmo. Sr. Presidente da República. Quanto ao ato do Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, que institui a Comissão para o regime de bolsas de trabalho para estudantes universitários, verifica-se a preocupação em nossa Universidade em atender os estudantes de cursos superiores carentes de recursos. O estudante que ganhar a bolsa, prestará serviço junto à empresa privada ou pública e se o ganho é inferior ao maior salário mínimo do país, será coberto 50% pela empresa, 25% pela unidade universitária e 25% pelo Ministério de Educação e Cultura. Além do estímulo e a ajuda para concretizar seu ideal universitário há o grande mérito da integração da Universidade com as empresas, condição básica que entendemos para

o desenvolvimento do ensino e da pesquisa em nosso País. Nós nos congratulamos também com o Magnífico Reitor Professor Dr. Algacir Munhoz Mader que tomou esta medida tão meritória para o nosso ensino. Consignamos assim nos Anais da Casa estas medidas que entendemos realmente estar de parabéns, mais uma vez, o ensino superior do nosso País. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, sr. deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Exmo. sr. dr. Wilson Figueiredo Fortes, meu digno Presidente desta Casa, meus prezados Companheiros. No próximo domingo será comemorado no território paranaense o centenário do nascimento do compositor Augusto Stresser. A época do lançamento da obra "Cidéria", que ficou marcada na história cultural paranaense, por ter sido a primeira grande composição de um autor autenticamente de nosso Estado, e cujo trabalho foi elogiado por todos os paranaenses e por todos aqueles que se dedicavam, na época, à crítica musical, não só porque e pelo que representou Augusto Stresser na História da Música Paranaense mas também pela sua participação, a sua colaboração ativa em diversos setores artísticos, como por exemplo a pintura. Augusto Stresser merece o respeito inquestionável do povo paranaense, pela sua grande contribuição à cultura do nosso Estado. A propósito, gostaria agora, neste momento em que pretendemos prestar em nome desta Casa uma homenagem àquela que dedicou toda sua existência pelo desenvolvimento da música e da arte em nosso Estado, citar alguns trechos da sua vida.

Descrevendo a estréia da ópera "Sidéria", diz o historiador Francisco Leite: "naquela noite memorável tivemos a satisfação de assistir a representação da ópera "Sidéria" ideada e escrita por Augusto Stresser e libretto de Jaime Balão, outro nosso conterrâneo, também despidido de vaidades. A partitura da ópera foi feita ou corrigida, cautelosamente por um jovem maestro Leo Kessler, que surgira por acaso vindo da Alemanha ou da Rússia, onde regera orquestras. Era também uma novidade."

Ciente agora de que no próximo dia 18 vai transcorrer o centenário do nascimento do maestro Augusto Stresser, queremos prestar nossa homenagem a esse homem que não foi somente o autor de "Sidéria", mas também um hábil flautista, pianista, escritor, desenhista, gravador, funcionário correto e chefe de família exemplar.

Portanto, srs. Deputados, fica consignado na Ata de nossos trabalhos desta sessão, a homenagem que queremos prestar a quem tanto contribuiu para o desenvolvimento da arte no Estado do Paraná.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Venho à tribuna, hoje, para elogiar o sr. Governador do Estado. Os jornais de hoje deram grande destaque ao fato de ter o sr. governador Haroldo Leon Peres feito uma ligação telefônica ao governador de São Paulo, Laudo Natel, solicitando a permanência de José Roberto nas fileiras do Coritiba Futebol Clube. Isso vem demonstrar que S. Exa. o sr. Governador do Estado é grande amante do esporte, grande incentivador do futebol, que aliás é a paixão coletiva de todo o povo brasileiro.

Razão pela qual queremos aqui elogiar a atitude do sr. Governador, mas lembrá-lo de que não é só o Coritiba, que existem também outras agremiações que precisam do auxílio governamental, principalmente o Água Verde, que o ano passado teve suas arquibancadas destruídas por um vendaval. E esta Casa, numa atitude louvável, aprovou projeto de lei concedendo au-



xílio àquela agremiação, que representa a verdadeira alma da coletividade média nas atividades esportivas de Curitiba.

O Água Verde congrega, entre seus associados, cerca de 80% de pessoas da classe média e é um clube sem recursos. Esta Casa, compreendendo a situação daquela agremiação, houve por bem aprovar projeto de minha autoria que concedia auxílio de 40 mil cruzeiros para que aquele Clube pudessem fazer os reparos necessários naquele estádio. A lei foi sancionada pelo governador Paulo Pimentel, devidamente registrada no Tribunal de Contas, houve autorização governamental para que o Esporte Clube Água Verde contratasse com a "Esquadris Castelo S.A." a reconstrução da parte danificada pelo vendaval. Mas tão logo assumiu o Governo, houve ordens expressas para que a Secretaria de Viação e Obras, não pagasse aquela conta. O Água Verde, viu-se na contingência de não ter o seu nome notificado judicialmente, e ter que correr um rateio entre os seus associados para poder pagar a conta. Portanto, nós vamos encaminhar à Mesa um apêlo ao sr. Governador, que se mostra tão amigo do esporte, ao ponto de telefonar ao Presidente do S. Paulo Esporte Clube, solicitando a permanência de um jogador do Paraná, que também auxilie o Esporte Clube Água Verde que necessita desta importância para fazer face àqueles compromissos inadiáveis.

O segundo assunto, sr. Presidente e srs. Deputados, estou encaminhando à Mesa, apêlo ao sr. Diretor do DETRAN, sr. Marcos Prado, para um assunto que reveste de suma gravidade, principalmente, para quem milita no comércio do Paraná.

Um certificado de propriedade, hoje, demora cerca de 15 dias para ser expedido por aquele Departamento de Serviço de Trânsito, o que vem ocasionando grandes entraves ao comércio de automóveis. Os revendedores estão com os pátios cheios de veículos e não podem vendê-los, e quando vendem não podem negociar, negociar os títulos com as companhias financiadoras. Nós o seu capital de giro está desaparecendo, e por quê? Pela inércia de um Departamento governamental que não vem cumprindo com a sua obrigação, e que não faz favor nenhum à coletividade.

Ora, no Governo anterior e em outros governos anteriores, o certificado de propriedade era expedido no máximo dentro de dois dias; não vejo razão para que o Departamento de Serviço de Trânsito, no atual Governo, demore 15 dias para fornecer uma transferência de um veículo auto-motor. Então, é o apêlo que faço ao sr. Diretor do DETRAN, talvez S. Exa. não tenha tomado conhecimento do que esteja ocorrendo lá dentro, talvez seja até obra de sabotagem contra a nova administração, o que não acredito, mas talvez seja. Por isso, estou encaminhando à Mesa este apêlo, porque o comércio de automóveis é uma das vigas mestras na administração da receita pública, principalmente, na Capital do Estado, e está em vias de um colapso, porque não consegue mais vender os seus veículos, não pode operar os títulos nas companhias de financiamentos por falta da necessária transferência. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Antônio Belinati quinto orador inscrito.

Havendo declinado, o deputado Antônio Belinati, concedo a palavra ao sexto orador inscrito, sr. deputado Arthur de Souza.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Sr. Presidente, srs. Deputados:

A Rua Engenheiro Ostoj Roguski vai ser inaugurada em nossa Capital no dia 22 de julho corrente. É o Comité Executivo das Comemorações do Centenário da Imigração Polonesa para o Paraná, que jubiloso está fazendo o convite para a solenidade, trazendo este convite a assinatura de uma figura não menos ilustre, a do desembargador Segismundo Gradowski.

E quando vamos focalizar um autêntico desbavrador deste Sul do Brasil.

homem que trouxe os seus conhecimentos de engenheiro em uma época em que o Brasil tanto carecia de técnicos, o fabuloso WITOLD ALEKSANDER OSTOJA ROGUSKI, que deu a sua vida em defesa de um ideal que lhe era caro, a paz e a segurança daqueles que se fixaram nos sertões brasileiros, quando estes representavam não somente a aventura e o perigo, rendamos as nossas homenagens ao imigrante polonês, aos homens que vieram de um país que foi grande e florescente nos Séculos XVI e XVII e que, após haver perdido a sua independência no Século XVIII recuperou-se com muita luta e sacrifício na primeira Grande Guerra Mundial, empenhando-se até aos nossos dias na preservação daquilo que lhe tem sido negado, a liberdade.

(Lê): "Witold Aleksander Ostoj Roguski nasceu em Varsóvia, Capital da Polónia, na época sob o domínio da Rússia, no dia 4 de setembro de 1883, filho de Wladyslaw Ostoj Roguski e de Bronislawa, de família Zhoinski.

O seu pai foi engenheiro ferroviário, Chefe do Distrito Ferroviário de Praga, subúrbio de Varsóvia e a família Ostoj Roguski, originária da região de Liw, há séculos fizeram-se na Capital polonesa, onde seus membros exerciam elevadas funções burocráticas e legislativas.

Do lado materno, a família Zhoinski origina-se de Plock, tendo sido avô de Bronislawa Roguski o célebre General, que serviu nas legiões de Napoleão Bonaparte — Antônio Klimkiewicz proprietário rural naquela Província.

Eram irmãos mais velhos de Witold Jorge Ostoj Roguski — engenheiro de minas, falecido durante a primeira Guerra Mundial; Leszek Ostoj Roguski — falecido em Plock, em 1937, no posto de Guerra do Exército Polonês; Ladislau Ostoj Roguski — pintor de nomeada; professor da Escola Superior de Belas Artes de Poznan, sacrificado pelos alemães no início da 2ª. Guerra Mundial, em 1939.

Witold Aleksander Ostoj Roguski fez seus estudos primários, secundários e superiores em Varsóvia, tendo cursado com brilhantismo a Escola Técnica de Engenharia de Wawelberg e se especializado em engenharia ferroviária, no ano de 1904.

Participa, no ano de 1905, do levante polonês contra o jugo russo, em Varsóvia, e é preso e recolhido à prisão de Pawiak.

Libertado, refugia-se em Cracóvia, na época sob o domínio do Império Austro-Hungaro, onde, logo depois, planeja emigrar para o Brasil, em busca de liberdade e de trabalho em sua profissão.

No mesmo ano chega ao Brasil, em companhia de diversos companheiros, entre os quais se encontravam Francisco Butwillowicz, Tradeu Grzybezyk, Bronislau Zelazowski e Adão Zgraja. Depois de curta permanência no Rio de Janeiro, o grupo de jovens refugiados segue a Curitiba, onde existia numerosa colônia polonesa, e, segundo informações colhidas, havia possibilidade de emprego na Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, que empreendia a construção da ferrovia nos Estados do Paraná e Santa Catarina.

A fim de se adaptar aos costumes locais e aprender a língua, aceita, após a sua vinda a Curitiba, a função de professor primário na Colônia Ipiranga, município de Araucária.

Trava relações, nessa oportunidade, com a família de Francisco Grabski — refugiado polonês que vivia em Barigui, no município de Araucária — e, no ano de 1907, casa em Tornaz Coelho, com a jovem Maria Grabska, sendo celebrante do casamento religioso o Pe. Boleslau Bajer.

Consegue, a seguir, o almejado trabalho na Companhia São Paulo-Rio Grande e inicia as suas funções nos escritórios ferroviários de Ponta Grossa, no mesmo ano de 1907. Seus companheiros de trabalho, nessa ocasião, entre outros, eram os seguintes poloneses: Sieradski, Bsrman, Lajer, Roszkowski, Karlo, Szankowski e Kozierowski.

Em Ponta Grossa nasce a sua filha Sofia Wanda, em 1.909.

Engenheiro competente e ativo é transferido, por algum tempo para Campinas, no Estado de São Paulo, onde trabalha na construção de um trecho

ferroviário. Retornando ao Paraná, é lotado nos escritórios da Companhia em Rio Negrinho e executa projetos de construção do ramal até União da Vitória. Em Rio Negro, nasce a sua filha Maria Madalena, em 1911.

Dedica-se, finalmente, à construção da parte da estrada de ferro de União da Vitória à Marcelino Ramos, até à sua conclusão em 1913.

A sua família reside, nesse período, em Curitiba, no arrabalde de Água Verde, onde nasce, em 1913, o seu filho Leszek Bronislau.

Em 1914, Witold Roguski organiza uma sociedade de engenharia e de colonização com o engenheiro Francisco Beltrão e instala os seus escritórios no antigo Contestado, em Cruzeiro, hoje município de Catanduvas.

Empreende vastos trabalhos de medição e demarcação de terras, que se estendem da barranca do Uruguai, perto de Marcelino Ramos, até Palmas e o atual município de Pato Branco. De um desses trabalhos — medição da fazenda São Francisco de Sales, no município de Mariópolis, de hoje — participa o jovem engenheiro Othon Mäder, futuro secretário da Fazenda do Estado do Paraná, Senador e Deputado Federal.

Witold Ostojka Roguski tinha o dom de atrair amigos e congregar seus conterrâneos, propiciando-lhes trabalho e meios de subsistência e prosperidade.

Na sede do município de Cruzeiro, naquela época, formou-se um próspero e florescente núcleo, constituído em grande parte por famílias polonesas cujos chefes trabalhavam nos escritórios de Witold Ostojka Roguski. Entre outros, podem ser citados Witold Białynia Kowaski, intelectual e escritor, futuro autor do conhecido livro "Israel Sem Máscara", Miguel Radziminski, próspero comerciante local; José Roszkowski, também comerciante; João Lopuszynski, comerciante; Francisco Dutwillowicz, engenheiro-químico; Bronislau Zelazowski, Ladislau Radcki, Ladislau Grabski, Miguel Pieczarka, Casemiro Karman, Francisco Sypniewski, Mieczslau Malczwski, Jan Pilac, Estefano Zaleski, Antônio Sapalski, Antônio Socolowski, Francisco Hoffman, Estanislau Slonina (professor) Ceslau Mryczka, e Inácio Cełinski, agrimensores e colaboradores eficientes nas medições de terras e nos trabalhos técnicos. — (Assume a Presidência o sr. deputado Antônio Costa).

(Lendo): "Em Fazendinha", propriedade agrícola situada próxima da sede municipal, Witold Ostojka Roguski e sua dedicada esposa, montaram uma aprazível vivenda, no estilo da de sua terra natal, onde era obrigatória a presença, aos domingos, das autoridades do Município, entre as quais pontificavam o Juiz e o Promotor Público da Comarca.

O prestígio daquele grupo de poloneses era de tal monta que, empreendendo viagem ao Rio Grande do Sul, em 1920, o primeiro Cônsul Polonês em Curitiba, sr. Casimiro Giuchowski, fez questão de visitar aquelas remotas paragens, onde os seus patrícios constituíam uma ilha de cultura e de civilização.

Em função de seus trabalhos de engenharia e agrimensura, vinculados com os escritórios do Eng. Francisco Beltrão, Secretário de Viação e Obras Públicas do Paraná, no governo do dr. Afonso Camargó, Witold Ostojka Roguski vinha frequentemente a Curitiba, onde era vasto o círculo de relações entre os meios oficiais e no seio da comunidade polonesa, de cujas aspirações e empreendimentos sociais participava ativamente.

Resolvida a questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina, em 1917, Witold Ostojka Roguski continuou ativamente na execução dos trabalhos de engenharia e agrimensura, com as suas equipes, no atual município de Catanduvas, em Santa Catarina, sendo de sua autoria o plano urbanístico da sede municipal e a locação de diversas estradas de rodagem da região.

Funda uma escola primária em sua propriedade e contrata para dirigí-la o renomado professor Estanislau Slonina, de Curitiba, escola essa que era frequentada pelos filhos dos agrimensores residentes na localidade e, nos anos de 1923/24 era dirigida pela professora Maria Ficinska, escritora, poetisa e filóloga. Em seu livro de memórias "DWADZIESCIA LAT W BRAZYLI" (Vinte Anos no Brasil), Maria Ficinska dedica grande parte de sua obra às suas

reminiscências de "Fazendinha", aos costumes locais e às lendas caboclas da região do Contestado.

Os tempos eram inquietos no período de 1.917 a 21 no ex-território Contestado, incorporado ao Estado de Santa Catarina. Bandos de jagunços, remanescentes dos fanáticos de José Maria e de Adeodato, sob pretexto místico-religioso e de oposição ao surto civilizador, implantavam o terror e o saque nos sertões do Oeste catarinense, tendo, inclusive, trucidado o bravo general João Gualberto Gomes de Sá, alguns anos antes, nos campos de Iraní.

Um desses bandos atacou, num certo dia do mês de março de 1.921, a vila de Catanduvas — antigo Cruzeiro — cuja defesa coube a Ostoj Roguski e seus auxiliares, socorridos por uma Companhia da Polícia Militar. Durante o cerrado tiroteio e após a derrota dos atacantes, verificou-se, com grande pesar, e consternação geral que, entre os feridos encontrava-se o virtual chefe da resistência, cujo estado era grave.

Chamado de Curitiba, o dr. Simão Kossobudzki, seu primo, e renomado cirurgião, executa operação cirúrgica de emergência e, dias depois, o bravo engenheiro é transportado em maca, por caboclos voluntários, seus fiéis amigos, até à estação de Herval, distante 28 quilômetros de Catanduvas.

Após alguns dias de descanso, quando o estado de saúde do enfermo parecia ter melhorado, é empreendida viagem a Curitiba, em busca de melhor assistência hospitalar, por aquela mesma via férrea que Roguski ajudara a construir. Este porém lhe foi fatal. Não resistindo ao desconforto da longa viagem, é vítima de hemorragia cerebral, falecendo nos braços de sua esposa em Ponta Grossa, no dia 11 de abril de 1.921. Transportado o seu corpo para Curitiba, é sepultado no Cemitério Municipal de Curitiba, cidade que ele adorava.

A sua obra colonizadora foi continuada por outros e os antigos sertões do Oeste catarinense foram sendo paulatinamente transformados em prósperas colônias, florescentes vilas e futuras cidades. A imprensa polonesa do Brasil, cognominava-o, na época, do "Rei dos Sertões", exaltando sempre o caráter eminentemente civilizador de seus trabalhos de engenharia, agrimensura e de colonização. Instituiu uma verdadeira escola de agrimensura, seguida por quase duas dezenas de agrimensores, na maioria poloneses refugiados das perseguições políticas que se instauraram na Polônia após o malogrado levante de 1905, cujos trabalhos são ainda encontrados nas regiões de Xanxerê e Chapecó em Santa Catarina e o Oeste e Sudoeste do Paraná.

No ano de 1955, por iniciativa do Prefeito Municipal de Mandaguáçu, no Paraná, é conferido o nome de Witold Ostoj Roguski a um Grupo Escolar daquele Município.

Ao falecer com a idade de 38 anos, WITOLD ALEXANDRE OSTOJA ROGUSKI deixou os seguintes filhos menores: Sofia Vanda, Maria Madalena e Leszek Bronislau.

Sofia Vanda casou mais tarde, em 1934, com Ladislau Valentin Czech, ex-Oficial de Cavalaria das Legiões de Pilsudski, vindo ao Brasil em 1927 e falecido no ano de 1955. Ladislau V. Czech foi agrimensor licenciado e trabalhou durante muitos anos em medições de terras nas regiões de Palmas e Clevelandia, no Paraná e o Oeste de Santa Catarina. Dedicou-se igualmente à agricultura, à pecuária e à industrialização da erva-mate na propriedade que pertenceu, antigamente, a Witold Ostoj Roguski, chamada "Fazendinha", próximo de Catanduvas. Seu filho primogênito, Witold Alexandre Czech, casado com Edwiges Koslowski, continua a manter a antiga tradição agrícola da família na mesma gleba, onde também reside Sofia Vanda. Outro filho, Estanislau Jorge, formado em Agronomia, pela Universidade do Paraná, exerce atualmente as funções de Chefe da Estação de Tratamento de Dormentes da Rede Ferroviária Nacional em Cará-Cará, próximo a Ponta Grossa. É casado com Eladir Rocha, professora estadual. A filha mais moça — Teresa Cristina — promissora vocação para a pintura, faleceu prematuramente com 27 anos de idade.

Maria Madalena casou em Curitiba, em 1932, com o então Consul da Po-

lônia João Victor Kroi Rebel e após curta estadia na Polônia, o casal retornou a Curitiba, fixando-se mais tarde em São Paulo e residindo atualmente em Florianópolis. Têm dois filhos: Sofia Edwiges, casada com o eng.º Jorge Rona, alto funcionário da Petrobrás no Rio de Janeiro e Eugênio, agrônomo formado em Curitiba, técnico do Instituto Brasileiro do Café.

Leszek Bronislau Ostoja Roguski, formado em Direito pela Universidade do Paraná, em 1935, e com curso de doutorado da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro (1937), foi Deputado Estadual no Paraná, na Legislatura de 1947/51, e deputado federal de 1951 a 1959, tendo exercido diversas funções de destaque no Paraná. Era casado com Sofia Szulchaniuk e tem um filho — Miguel — jovem esportista e talentoso pintor, estudante do Curso Científico do Instituto Santa Maria, de Curitiba.

Sr. Presidente, é a esta personalidade que Curitiba neste momento está homenageando, quando são transcorridos 100 anos de que os poloneses, deixando sua Pátria, vieram ao Brasil e aqui se radicaram, aqui construíram sua família, deram o melhor do seu trabalho, para que nossa civilização atingisse o ponto que atingiu, momento porque eles, como legítimos desbravadores, se embrenharam pelos sertões do Paraná e Santa Catarina e por outros recantos do Brasil. Desse forma, nós brasileiros, muito devemos a esta gente. Razão porque, quando os srs. Deputados são agraciados com o convite que esta Casa recebe para que assista a cerimônia de instalação da placa que marcará, em uma das ruas de Curitiba, o nome desse herói, porque esse homem tombou lutando nos sertões brasileiros, defendendo seu irmão brasileiro quando era atacado pelos fanáticos jagunços, quando isso acontece, nós temos certeza, a Casa se rejubila por homenagem tão oportuna, tão justa, prestada a esse homem que era mais paranaense do que propriamente polonês. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Antônio Belinati, inscrito para o Grande Expediente.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente e srs. Deputados. Vimos para o Grande Expediente, para falar da importância da agricultura, da economia do Estado do Paraná.

O Paraná ainda hoje, é um Estado essencialmente agrícola na composição da economia agrícola. O algodão, ocupa lugar de destaque, quer pelo valor da produção, como pela absorção da mão de obra, em grande escala. Um dos pontos fundamentais da economia algodoeira, é a semente; a política de fomento monopolizada pela Café do Paraná não corresponde à importância do setor.

O preço da semente do algodão aqui no nosso Paraná, onde se fala em incentivo à agricultura, onde se fala no Governo voltado para o homem do campo aqui no Paraná, nós vamos encontrar o preço da semente do algodão, sendo vendida a dezessete cruzeiros o quilo. Dezessete cruzeiros o quilo no Paraná, quando o vizinho Estado de São Paulo adota uma política de fomento hábil, e oferecendo sementes a seis cruzeiros o quilo. Portanto, srs. Deputados, o Paraná agrícola, o Paraná com tantos líderes da agricultura, o Paraná com homens da agricultura, integrando a cúpula governamental, aqui no nosso Paraná, sementes de algodão, sementes de baixo poder germinativo, custam dezessete cruzeiros o quilo. A mesma semente, semente às vezes de poder germinativo, bem superior, de melhor qualidade, no Estado de São Paulo, para estarrecer os olhos até mesmo dos que pouco entendem de agricultura, a semente que aqui custa dezessete cruzeiros o quilo, em São Paulo custa seis cruzeiros o quilo. Portanto, três vezes menos que o preço da semente paulistana. E o Governo do Estado de São Paulo, estimula o produtor através de financiamentos e através da comercialização da semente do algodão, uma comercialização mais adequada, o que não encontramos no Paraná.

Vimos com tristeza, sr. Presidente e srs. Deputados, em algumas cidades que têm a cotonicultura como principal fonte de riqueza, nós vimos que no

instante da colheita, o cotonicultor paranaense, acaba entregando a sua produção a qualquer preço, às vezes porque está ele pendurado nos bancos, o banco aqui no Paraná lhe dá um empréstimo, porém, se houve um fracasso, se as intempéries da natureza prejudicaram a colheita daquele lavrador, e ele não tiver condições de saldar a sua dívida, não tardará, para que a consequência lhe seja fatal. Vemos alguns infelizes lavradores que chegam a perder a sua propriedade agrícola, que ficam com a família e com a mudança na rua, porque contriram um empréstimo, não para fazer turismo na Europa, mas para poder adquirir esta semente vendida por um preço tão brutal, por um órgão do Governo do Paraná, pagando um preço exorbitante e se esse cotonicultor não tiver condição, porque a colheita fracassou, porque o preço da arroba do algodão não foi convincente, foi um preço baixo, aquele lavrador, estará condenado, ele e sua família, quem sabe, de um instante para outro a serem atirados na rua da amargura, porque o banco, apesar de ser banco oficial, não perdoo, ou não quer saber se o fracasso foi o lavrador, ou foi quem sabe, consequência da própria natureza. E, nós queremos, então, sr. Presidente, srs. Deputados, lançar aqui um apêlo ao sr. Governador para um atendimento à cotonicultura do Paraná, para um atendimento mais humano ao setor. O Governo tem os instrumentos na mão, o Governo dispõe dos instrumentos que nós, Deputados, não temos, porque o Governo é o monopolizador da comercialização, da venda da semente, da própria comercialização. O Governo do Paraná não admite sequer que pelas barreiras que ligam o Paraná ao Estado de São Paulo passem as sementes, às vezes, superiores às sementes produzidas no Paraná que, se fossem trazidas para o nosso Estado pelo cotonicultor, elas sairiam bem mais em conta e com isto, quem sabe, ao final do ano, ao final da colheita, o cotonicultor não encontraria tanta dificuldade para pagar os títulos que ele realizou em bancos oficiais. Ou o Governo do Paraná, Governo que tem apregoado a defesa do homem do campo, determina uma política do algodão mais justa...

O sr. Pinto Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Deputado, V. Exa. está abordando um assunto e eu quero até afirmar que, conforme V. Exa. está dizendo da Tribuna, com relação à cotonicultura que eu concordo que esse processo que V. Exa. afirmou, mas isto ocorre um passado; para o esquema da cotonicultura do ano 71/72, cuja plantação se inicia em meados de setembro, posso lhe assegurar, nobre Deputado, que o Governo determinou à Café do Paraná, que é o órgão que disciplina e controla a distribuição de sementes de algodão, para que entre em entendimento com as Cooperativas e que estas então possam fornecer ao cooperado a semente desejada e está a Café do Paraná, estudando um entendimento com o Governo do Estado de São Paulo, que tem uma posição mais adiantada, no sentido de dar a semente eficiente ao cotonicultor. Estudos estão sendo feitos e é a preocupação do governo Haroldo Leon Peres, de dar à cotonicultura, um tratamento realmente diferente, de forma que o apêlo que V. Exa. fez da Tribuna nós concordamos com ele. Mas também queremos salientar que o Governo está preocupado e este trabalho já está sendo equacionado.

O SR. ANTONIO BELINATI — Agradeço o aparte de V. Exa. e confesso que não é do nosso conhecimento que tenha havido qualquer mudança na política algodoeira do Paraná.

Eu perguntaria a V. Exa. — não é permitido o diálogo, mas eu faria apenas uma interpelação: — se houve alguma portaria no Governo do Estado, nesse sentido, ou seria uma conversa de boca, ou conversa informal, um estudo, ou será que já está em vigor? Se já é possível comprarmos sementes, em São Paulo e plantarmos no Paraná?

O sr. Pinto Dias — Nobre Deputado,, não é possível; e nem em São Paulo que é um dos Estados mais adiantados neste setor, tem hoje o preço definido para o cotonicultor, que vai utilizar a semente em setembro. Este esquema, nobre Deputado, tanto em São Paulo, como em todos os Estados produtores do algodão, só sai no mês de agosto. Há um processo feito pelos órgãos responsáveis pela cotonicultura, em que ele não sai por antecipação; ele só sairá no

mês de agosto, que é o mês hábil. Quer dizer, nem São Paulo tem, e o Paraná evidentemente não pode ter; ele não pode pré-julgar; mas está sendo atualizado e no tempo hábil, V. Exa. não tenha dúvidas, que este trabalho estará sendo feito.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Muito obrigado, ilustre deputado Pinto Dias, porque ou o governo mudou essa política ou então ns teríamos uma idéia mais prática, mais objetiva, que o Governo do Paraná não precisaria industrializar a semente; ele poderia comprar a semente em São Paulo, para vender aqui. Se comprasse lá, a seis e revendessee a dez, ele ganharia dinheiro; o produtor ainda pagaria bem mais barato. Porque, o processo que a Café do Paraná está adotando, pelo jeito, é um processo muito caro, a tal ponto que a semente que em São Paulo custa seis cruzeiros o quilo, aqui custa dezessete.

O sr. Pinto Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, isso é verdade; eu concordo; e se V. Exa. tiver oportunidade, V. Exa. verificará nos Anais da Casa, um trabalho nosso nesse sentido; e que em anos anteriores, inclusive, foi convocada para esta Casa a Diretoria da Café do Paraná; exatamente para abater e apontar àquele órgão que desse um tendimento razoável à cotonicultura, no que se refere ao preço da semente do algodão. Entretanto, aquele órgão não compreendeu a pretensão da Assembleia Legislativa. Mas se a política anterior, deputado, Antônio Belinati, veja bem o que eu vou afirmar a V. Exa. e à Casa: se a política anterior, com relação à distribuição de sementes de algodão, era perniciosa, não levará nem dois nem três anos, e não haverá mais produção de algodão no Paraná. Eu então, se continuar aquela política perniciosa para este ano, nobre Deputado, serei autor de um requerimento, sugerindo ao Governo do Estado, a extinção da Café do Paraná. Porque ela estará fugindo ao espírito para o qual foi criada.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Nobre Deputado, nós já pudemos acompanhar, há anos, o trabalho de V. Exa. em colaboração com a cotonicultura paranaense. E nós também, assim como que, num crédito de confiança a essa política que V. Exa. fez, uma revelação importante, nós iremos aguardar até o fim do presente ano e ao final desse ano, V. Exa. falou agosto, ao final deste ano, nós voltaremos a fazer uma comparação, para verificar se a Café do Paraná, depois de tantos anos ela encontrou ou não, a fórmula, porque não é nenhuma fórmula mágica, não é nada. Hoje a Café do Paraná é um órgão que foi criado com o objetivo de dar todas as facilidades para o homem do campo. A Café do Paraná hoje não é mais do que um super negócio para o Governo do Estado do Paraná, um negócio altamente rendoso.

O sr. Pinto Dias — Hoje não, no passado, sim.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Iremos aguardar até ao balancete da Café do Paraná, que não sei se vem a esta Casa, mas se vier, ao final do ano, compararemos quanto deu de lucro a Café do Paraná.

Porque, a Café do Paraná continua vendendo sementes por preços tão altos que, naturalmente, terá que apresentar lucro. Não haverá mágica, que possa encobrir o lucro da Café do Paraná.

Além da preocupação do preço que o cotonicultor paga pela semente de algodão, esse homem enfrenta dificuldades com respeito a aquisição de adubos e inseticidas.

V. Exa., deputado Pinto Dias, sabe perfeitamente bem que, no interior, os cotonicultores são ludibriados, porque são homens simples, humildes, e acabam comprando adubos e inseticidas que não valem absolutamente nada. Então, aquela pequena margem de lucro que aqueles homens poderiam receber desaparece, porque esse homem é enganado na compra de adubos inseticidas.

A Sociedade Rural do Norte do Paraná até já efetuou um levantamento, a cerca de dois anos, e constatou que boa parte de adubos e inseticidas era apenas comércio, não traziam nenhum benefício concreto para o homem do campo. E o lavrador, ao fazer um empréstimo bancário, tem que destinar uma

percentagem desse empréstimo para comprar adubos. E com isso vem a exploração em cima daquele homem que necessitando de dinheiro, acaba adquirindo adubo para poder conseguir o empréstimo bancário que tanto necessita. E acaba, as vezes, negociando com firmas de adubo que nem sempre são idôneas. Existem as firmas idôneas, mas existem também aquelas que procuram explorar o trabalho dos homens que labutam na terra.

Era o assunto que queríamos abordar hoje. Vamos encerrar nosso pronunciamento, porque dois companheiros da Bancada ainda farão uso da palavra, o ilustre deputado Muggiati Filho e o nosso líder, deputado Nivaldo Krüger.

Mas, dizemos, num voto de confiança ao que nos trouxe o ilustre deputado Pinto Dias, que vamos esperar até o final do ano, quando então faremos uma comparação para ver se, agora, os homens que estão dirigindo a Care do Paraná estão dispostos a um barateamento total nos preços das sementes de algodão.

Esperaremos mais alguns meses, quando então voltaremos novamente a esta tribuna, para quem sabe, elogiar o trabalho daqueles que, hoje, dirigem, a Care do Paraná; ou quem sabe, para voltar com uma crítica definitiva. Porque, até o fim do ano eles terão tempo suficiente para encontrar o caminho ideal, visando uma baixa no custo das sementes de algodão.

Muito obrigado (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao nobre deputado Nivaldo Krüger, inscrito para o Grande Expediente.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Estamos encerrando as atividades de Plenário com a apreciação do último projeto que tramita nesta Casa.

Certamente os Deputados regressarão as suas regiões e eu gostaria, sr. Presidente, srs. Deputados, de transmitir uma mensagem a cada um dos Deputados aqui presentes para que, sobre ela, reintonem nesses dias de tranqüilidade e sobre ela formulem conjecturas, anseios e também sobre ela transmitam ao povo com que terão contato nesses dias.

O povo do Paraná tem dado apoio, numa proporção avassaladora aos líderes da Aliança Renovadora Nacional e cheguei a uma conclusão de que esse apoio do povo aos líderes, aos políticos da ARENA, representa a confiança muito mais do povo na pessoa dos homens, do que no programa de seu partido, do que nos objetivos partidários. Muito mais nos homens em si, que se agrupam sob a legenda, com seu prestígio pessoal na área de que provém, na área de influência, do que realmente no que o seu partido se propõe a fazer ou realizar.

Isso no nosso entender, porque fazendo uma análise, nos avulsos do Orçamento plurianual aprovado pela Assembléia do Paraná e que representa o pensamento político daqueles que tem sob sua responsabilidade a aplicação dos recursos que provém do povo, verificamos que o povo, o homem em si, está completamente abandonado pelos políticos da ARENA, pela política adotada pelos políticos da situação.

Isso pode ser um pouco chocante, mas fiz a ressalva inicial da confiança do povo que vai diretamente ao homem, este povo que depois vem verificar o paradoxo entre aquilo que ele esperava de seu líder em relação ao programa de Governo e o que existe. E vive, então uma irre realidade, vive até um drama e é necessário que analisemos o fato numa Assembléia política como está. É evidente que eu procure tirar proveito político para meu partido, porque se trata de uma agremiação que vê as coisas de outro ângulo e esse alertamento é necessário ser feito, para que o povo entenda que existe um partido político que não tem o único objetivo de levar homens ao Governo, mas de apoio a uma verdadeira política para aquele povo que contribui, que gera a riqueza e traz recursos para o



programa de Governo. Programa de Governo que não atende aos interesses do povo, que não vai ao âmago da verdadeira questão. Para reforçar o que afirmo neste instante, quero acentuar minha surpresa, em primeiro lugar porque todo programa de governo tem no sistema democrático o objetivo evidente de atingir o homem, a pessoa, a criatura, o núcleo, o homem na comunidade, e assim por diante. E os orçamentos nos Estados democráticos, votados pelo Poder Legislativo significam a autorização do povo, através de seus representantes, para aplicação dos recursos dele providos.

Onde estão os programas? Como são os programas? Quais são as metas? Quais os fins a serem atingidos por esses programas?

Analisemos, srs. Deputados, e encontraremos os fundamentos para a afirmativa que faço desta Tribuna ao Paraná, neste instante, numa crítica em tese, sem pretender ferir este ou aquele Governante, sem pretender atingir este ou aquele Deputado.

Vejamos, srs. Deputados, de onde provem a renda, de cuja renda decorre a programação dos recursos para aplicação em benefício do próprio povo. De onde provém? Da agricultura, em 45% e serviços, mais 45%. Portanto, do trabalho árduo e suado do povo mais sacrificado no Estado do Paraná. Vejamos, para entrarmos diretamente no assunto, porque outros oradores usarão deste horário do Expediente, quando devolve o Paraná para a agricultura. No programa plurianual, que foi uma grande conquista do governo revolucionário, porque não dizem em tese, mas o que se faz hoje para reverter em benefício da agricultura aquilo que dela provém, sabem os srs. quanto o Paraná destina à sua agricultura, no seu orçamento, srs. Deputados? Os srs. sabem, naturalmente, mas não custa relembrar mais uma vez no orçamento plurianual, de acordo com a lei federal de dezembro de 67 destinou o Paraná para a agricultura, a irrisória importância de 1,2% de toda a receita do Estado do Paraná, 1,2% apenas, srs. para não só à Secretaria da Agricultura, mas para os recursos naturais e agropecuários do Paraná, 1,2%. Segue a norma e a regra do orçamento federal que destina ao Governo uma pequena faixa bem maior que esta, mas ainda muito pequena. Lembro aos srs. Deputados que em 30, quando o Presidente Roosevelt encontrava o seu país numa grande crise, e ao consultar as assessorias, elas foram unânimes em dizer que devia ser invertida a ordem dos recursos destinados aos diversos órgãos do Governo, dando-se primazia às Secretarias e Ministérios da Agricultura daquele grande país e até hoje naquele grande país, nos Estados Unidos, a agricultura detém o maior percentual para o seu desenvolvimento, e nós vemos que no Paraná, a exemplo triste, e no Brasil não menos entristecido exemplo. No Paraná 1,2% do orçamento apenas. Estou reforçando a tese que expus logo de início, dizendo, srs. Deputados, como homem político que sou, pertencente a uma determinada facção que nós discordamos da política da Aliança Renovadora Nacional neste setor e não só neste, vejamos os srs. nós entendemos que o povo do Paraná está injustificado, por esta política desenvolvida pelos homens que detêm o poder há sete anos no Estado do Paraná. Vejamos. Dizíamos, é voz corrente e é conceito aceito por todos, de que o homem é o grande objetivo. Vejamos, srs. educação no Estado do Paraná, quanto é destinado para a educação? Sabem os srs. que o orçamento plurianual, o investimento para a educação nos três anos, 3,3% apenas do orçamento do Estado. 3,3%, sr. Presidente, srs. Deputados. Temos ainda, no setor de planejamento urbano e de habitação, está mais alto um pouco, com 7%. Temos ainda, sr. Presidente, srs. Deputados, assistência e previdência social. Sabemos que o povo dos países sub-desenvolvidos estão vivendo um drama triste, o da falta de assistência. Sabemos que o Estado, através do seu violento processo de tributação, empobrece massificando, proletarizando, marginaliza milhares e milhares de pessoas. Sabemos que o Estado, através de sua po-

lítica inépta, em alguns campos de atividade, faz o empobrecimento de sua gente e nós temos aqui, para assistência social, a insignificância de 0,8% para o Estado do Paraná e por isso, assistimos, em entidades assistenciais, crianças sem cobertores, paneias sem ter o que por dentro e assim por diante, no setor de assistência, totalmente desprotegida dos meios para atingir as suas finalidades que um Estado democrático deve atender, porque democracia é solidariedade humana, acima de tudo é amor ao próximo, acima de tudo é como se ama o próximo, se a ele não se devolve aqueles que toram vítimas da imprevisão ou até da política errada do Estado se não se devolve a ele, uma parte apenas, ou menos do que é do seu direito. Mas vamos à frente. No setor de saúde, vemos, a Secretaria dos Negócios da Saúde Pública, dos Negócios da Assistência Social e da Agricultura. Três secretarias com apenas para o ano de 1971, 2% do orçamento do Estado, quando o Estado está gastando 50% de sua receita, unicamente com pessoal. E ainda, srs. Deputados, nós temos aqui, um dado altamente significativo. O que o Estado do Paraná paga em juros? E é preciso que o Paraná saiba disso, antes da autorização dada por esta Assembléia Legislativa, para o novo Governo obter um financiamento de 800 milhões de cruzeiros, sabem quanto gastou o Paraná em juros? Muito mais do que destina o Paraná globalmente, no seu orçamento pluri-anual, para os recursos naturais e agro-pecuários. Gasta em juros, o Paraná, srs. Deputados, o que investe no setor agro-pecuário, gasta num ano o que investe em três anos, na agricultura. Será que o Paraná sabe disso. Creio que não sabe.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre deputado Nivaldo Krüger, V. Exa. está analisando o orçamento pluri-anual de investimentos, mas está analisando na frieza dos seus números.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Exato.

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. disse que nos governos do Paraná em nove anos, e um deles eu tenho que defender porque fui seu líder nesta Casa, e foi quem elaborou este orçamento pluri-anual que V. Exa. tem em mãos, que destinou 1,2 do seu orçamento à agricultura. V. Exa. está pronunciando um discurso de fachada. Porque quando um governo asfalta uma estrada, ele está investindo também na agricultura. Veja V. Exa. que o Governo anterior, construiu 1.300 e bicos, quilômetros de asfalto, isto é um investimento também na área agrícola, nobre Deputado. Porque sem o escoamento da produção, não adiante destinar maiores verbas na agricultura.

Agora veja V. Exa. fala no setor de saúde, que investiu uma percentagem "X" também. Mas não diz da participação que tem o Governo Federal, no Paraná, dos recursos aplicados no Estado, no setor de saúde pública e principalmente, no setor de Educação.

Está aqui o ex-Secretário de Educação, que vai talvez reafirmar melhor que eu, grande parte destes recursos provem da participação do Estado na receita federal. V. Exa. diz que o Estado do Paraná gasta 50% da sua renda com pessoal, o que não é verdade. No Governo de Paulo Pimentel, reduziu-se para 42,6% a participação do pessoal em seu orçamento pluri-anual, este orçamento que é baixo em relação a outros Estados.

Mas, perguntaria a V. Exa., se o Governo gasta 50% em pessoal, 0,8% em saúde; 3,0% em educação; mais isso em agricultura; o que é que ele faz com o restante do dinheiro? Ele leva para Casa, nobre Deputado? Acho que não; ele devolve ao povo, em obras de infra-estrutura. E V. Exa. fala em juros que o Estado do Paraná paga. Tem que pagar juros; quem empresta dinheiro tem que pagar juros. E o Estado pobre, o País sub-desenvolvido, para alcançar grau de desenvolvimento, para ombrear-se com os demais países, precisa de recorrer a investimentos estrangeiros. E quem é pobre tem que pagar juros; e o juro tem que sair do bolso do povo. Por-

que as obras de infraestrutura promovem o crescimento vegetativo da receita, razão pela qual...

O SR. NIVALDO KRÜGER — V. Exa. permite?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — V. Exa. me deu o aparte, deixe-me concluí-lo.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Peço a V. Exa. não se prolongar tanto, porque ainda tem um orador que vai fazer uso da palavra.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Foi bem, já vou encerrar aqui o meu aparte a V. Exa. Mas, numa outra oportunidade, eu quero debater este assunto com V. Exa.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Com muito prazer.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para provar que 50% do que V. Exa. está dizendo no seu discurso, é um discurso de fachada.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço o aparte do nobre deputado Erondy Silvério. É um prazer receber o aparte de V. Exa. e gostaria de debater este assunto mais amplamente, ilustre Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vamos ter oportunidade.

O SR. NIVALDO KRÜGER — No futuro, porque eu acho que estas são as grandes questões que interessam ao povo do Paraná. Não faço e fiz essa ressalva, não faço uma crítica a este ou aquele Governo. Analiso um todo, com base na lógica, iria, determinada pelos números. Se V. Exa. entende que eu faço um discurso de fachada, é um ponto de vista que eu respeito. Entretanto, eu me cingo aos números, ilustre Deputado. Quero ainda lembrar um aspecto interessante do pagamento de juros. Realmente, tem razão V. Exa. é necessário nos emprestarmos dinheiro.

A grande discordância entre o meu ponto de vista e o ponto de vista de nossa agremiação política, talvez, é de que nos permitimos que os nossos produtos sejam levados a preços irrisórios. E, depois, aqueles que ganharam grandes fortunas à custa da descapitalização nossa, vêm nos emprestar dinheiro.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Quando V. Exa. regressou de um encontro do Movimento Democrático Brasileiro, realizado em Porto Alegre, V. Exa. combateu o mesmo assunto e acusou o Governo Revolucionário de permitir que as nossas matérias primas saíssem do país a preço irrisório.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Exatamente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — O que não é verdade. Mudou-se a filosofia no setor de exportação. Hoje o Brasil impõe a sua vontade no mercado internacional.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Com exceção dos produtos primários.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Veja V. Exa. o que aconteceu na questão dos fretes.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Ah! neste ponto sim. Nos fretes sim.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Veja V. Exa. na questão do café solível.

Veja V. Exa. na briga agora para as cotas do açúcar, a posição corajosa, independente e patriótica do Governo do Presidente Médici. Está impondo o ponto de vista do Governo Revolucionário.

No passado, acompanhei essa nossa matéria prima; saía daqui para ser transformada lá fora e depois nós a importávamos a preço exorbitante. O que tornava o Brasil um escravo eterno dos magnatas, não só de "Wall Street", também da velha Londres. Hoje a filosofia mudou; hoje o Brasil já está passando a ser um país exportador; um país que faz valer a sua voz no concerto das Nações, as nações mundiais. Portanto, esse assunto também eu quero debater com mais tempo, com V. Exa.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Com grande prazer.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — ... para provar que o Brasil hoje não se entrega mais de mãos atadas ao capitalismo estrangeiro. Que o Brasil está se tornando uma nação independente, graças ao trabalho de seus filhos, gra-

ças a essa Revolução que eu combato, em parte, porque restringe as liberdades em diversos setores, principalmente na vida pública, porque tem dado, aos Estados, não governadores, mas verdadeiros ditadores. Combato, em parte a Revolução, mas combato a sua filosofia de trabalho, a sua filosofia de independência, em favor da Nação brasileira.

O SR. NIVALDO KRÜGER — É natural que V. Exa. faça isso. E deve fazer porque, V. Exa. um líder como é, enquadrado dentro das linhas de um determinado partido, — é necessário que alguém levante sua voz em defesa daquilo que é criticado por mim, neste instante.

Entretanto, deputado Erondy Silvério, está aí a voz do vice-líder do Governo, nesta Casa, que critica o que se pratica na política do café.

Mas, teremos oportunidade de debater, em outra ocasião o horário esta a se extinguir — um aspecto que me parece da maior gravidade para esta Casa.

Orçamento plurianual, destina para esta Assembléia: Edificação para atendimento de serviços da Assembléia. Nós estamos nesta Assembléia, completamente mal alojados. Esta Assembléia assistiu a disputa de salas entre os srs. Deputados, para acomodação. Existem um prédio que está sendo construído há vinte anos. E cuja proposta de construção foi reajustado algumas vezes. O Orçamento destinou, em '70, 2 milhões; em '71, 2.650; em '72, 2.180, total quase seis milhões e novecentos mil cruzeiros.

Em '70, a Assembléia devolve recursos; ou melhor não recebe os recursos e devolve a dotação sem usá-la. Em '71, não tenho conhecimento de que, até o momento, tenha sido liberado algum recurso para que esta Assembléia providencie condições ideais de trabalho aos seus Deputados.

Aqui nós temos, no meu entender, necessidade de tomarmos uma providência em conjunto, não só a Mesa Diretora, mas todos os Deputados: ou se aprova uma lei para ela ser cumprida, ou não se aprova. E se as aprovamos, façamos com que o Governo as cumpra. Este é o objetivo máximo da lei federal que instituiu os orçamentos plurianuais.

Por que será que a Assembleia Legislativa do Paraná não exige o cumprimento de uma lei que virá beneficiar a sua própria Casa, seus Deputados?

Será que a Assembléia Legislativa não tem autoridade para exigir aquilo que é seu direito?

Se a Assembléia Legislativa do Paraná chegou a este ponto, se ela chegou a este ponto, é necessário que reilitamos um pouco e coloquemos um parapeiro nisso, sob pena de ficarmos totalmente despersonalizados como Poder.

Este o sentido de nossas palavras, nobre Deputado, reilitamos sobre isso.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). É pena que tenha que interrompê-lo, mas serei breve.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Apenas porque tenho um compromisso com o deputado Muggiati Filho, porque sempre é um prazer debater com V. Exa.

O sr. Erondy Silvério. — Faltam três minutos para terminar a Hora do Expediente. E quero dizer a V. Exa. que sua crítica procede. Porque fui 1.º Secretário desta Casa, e quando assumi a 1.ª Secretaria, em '67, essa construção aí ao lado, estava condenada, com o que não me conformei, nem o nobre deputado João Mansur, Presidente da época. Contratamos uma firma especializada em estrutura de concreto De Bianco e Companhia, e foi feito o exame da obra. Constatou-se fissuras na estrutura da mesma, mas corrigíveis. Foram corrigidas, foi iniciada a construção em 1967-1968. Quando ocupei a Presidência, deu-se um grande passo na construção do novo Plenário.

Em 1969 assumiu a Presidência da Assembléia Legislativa o nobre deputado Armando Queiroz. Também deu um avanço muito alentador na construção,

estão cobertas, estão prontas as estruturas, mas em 1970 e 1971, não sabemos porque razão a Comissão Executiva não fez valer dispositivo expresso da lei exigindo do Governo do Estado que envie para cá o numerário necessário para o término da obra.

V. Exa. agora está com a razão, não sei porque motivo meu nobre amigo Unico Escorsin — chamo de Chico porque é grande amigo — também devolveu esse dinheiro para o Governo do Estado. Não sei porque a obra não continua. V. Exa. está com a razão, esta Casa deve exigir da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa que termine a obra do Plenário, a fim de que isso não se constitua em uma vergonha para o Poder Legislativo, porque essa obra já esteve às portas de ser concluída, e não o foi, graças às providências tomadas pelas Comissões Executivas dos anos 1967, 1968 e 1969.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço o aparte de V. Exa., muito elucidativo.

O sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). No instante que se se debate esse problema da construção do prédio próprio da Assembleia e no momento em que o deputado Erondy Silveiro presta testemunho de fatos ocorridos no tempo que eu era Presidente, também acredito ser de minha obrigação trazer alguns detalhes.

No tempo de minha Presidência, recebi do Departamento de Edificações do Obras Especiais, contrato para a construção total e acabada do Plenário da Assembleia. Se não estou enganado, a importância contratada andava pela casa dos 6 e meio milhões de cruzeiros, para dar a obra concluída. Então logo recebi, submetido o contrato à apreciação do Plenário.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Quero reafirmar a V. Exa., que certamente por isso e que votaram em Cr\$ 6.900,00 cruzeiros no Orçamento Plur. anual para conclusão da obra.

O sr. Armando Queiroz — Então logo recebi a proposta do contrato, levei o problema para apreciação do Plenário, porque entendia que a Comissão Executiva precisaria ver melhor resguardo. A Casa votou e aprovou, coube a mim assinar esse contrato. Entretanto, antes de fazer, em entendimentos mantidos com o Executivo e dentro das possibilidades da economia, foi que se dividiu a verba por três períodos, para que não se sobrecarregasse demais o Poder Executivo. De modo que, quero dizer a V. Exa. que o contrato está assinado mesmo, hoje talvez não sei se por esse preço possa ser feito, mas a grande realidade é que precisa ser feito isso, não abdicar desse direito que temos de receber um prédio em condições, à altura deste Poder que representamos.

O Sr. Muggiatti Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Para deixar V. Exa. à vontade, porque acredito mesmo que o assunto de V. Exa. seja mais importante que o meu, é que solicitei o aparte para dizer que a V. Exa. que o use o restante do tempo do Expediente para abordar matéria é relevante e o tempo que me restaria seria insuficiente para abordar o meu assunto. Aproveito para deixar registrado que estou inscrito na Ordem do Dia, especialmente para responder a um ofício que o nobre deputado Paulo Poli endereçou à Câmara de Vereadores de Arapongas, fazendo alusões à minha pessoa. V. Exa. usa a tribuna a vontade, é uma honra para nós e há Deputados da ilustre Bancada situacionista interessados no debate com V. Exa. Eu, na primeira oportunidade, darei a resposta ao deputado Paulo Poli, resposta em que acho conveniente, aquele ofício.

O SR. PRESIDENTE — Informo que V. Exa. tem 20 minutos para concluir.

O Sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

NIVALDO KRÜGER — Quero deixar claro que não estou fazendo críticas a esta ou àquela administração. Estou falando em tese, portanto.

O sr. Ivo Tomazoni — N. N. Perfeitamente. Só para por as coisas nos

devidos lugares, é que até há poucos dias nós estávamos sujeitos a uma legislação financeira em que as parcelas eram liberadas na Secretaria da Fazenda com fins específicos, pessoal, despesas de terceiros, investimentos de capital etc., e não havia sido liberada pela Fazenda nenhuma parcela para investimento de capital e era a rubrica do Orçamento anual para a conclusão do Plenário. Daí V. Exa. estranhar com certa razão que a Assembleia havia devolvido dinheiro à Secretaria da Fazenda, é que não houve como fazer o repasse porque a Assembleia estava proibida de fazer quimica contábil. Agora, com a nova legislação financeira, dentro das parcelas liberadas, poderá, independentemente de qualquer imposição de ordem legal, fazer o esquema de aplicação financeira com responsabilidade total e também sob o alcance do Tribunal de Contas, para a Mesa Executiva. Deus queira que nos futuros contatos que nós vamos ter com o Sr. Governador, esta obra seja considerada como prioritária, mas é também o embelezamento do próprio Centro Cívico, é o esqueleto que está aqui para enfeiar o Centro Cívico, para enfeiar o local onde estão sediados os três Poderes. V. Exa. tem razão em reclamar. Continue reclamando porque V. Exa. com isto, quero crer, nos dará forças na reivindicação que nós teremos de renovar sempre. Muito obrigado.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço a V. Exa. Compreendo essas coisas, mas creio que chegou o grande momento da Assembleia. Sinto-me a vontade para fazer esta apreciação. Votamos unanimemente, confiando, quero reafirmar, nos elementos que administram a nossa Casa. Estamos no meio do ano, ainda há tempo, o sr. Governador do Estado tem recebido tudo que quer desta Casa, esta Assembleia tem sido pronta em atender e será que o Governador não irá atender a nossa Assembleia, li. berando estes recursos? Se isto acontecer, srs. Deputados, ficarão quietos? Não creio nisto. Este arcabouço está aí há tanto tempo. Outras medidas precisam ser reformuladas, a agricultura precisa receber, a Saúde precisa receber, a Educação precisa receber, a Assembleia precisa ser respeitada e eu proponho que o povo do Paraná experimente um Governo do MDB. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projetos de Lei de autoria do sr. deputado Quielise Cristóvão, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. — **Apoiados.**  
Tramitam à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n. 133-71, — Mensagem n. 17-71, encaminhando Anteprojeto de Lei, que visa instituir a Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná (FAMEPAR), com personalidade jurídica de Direito Público, sede e foro na Capital — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para os Projetos de Lei ns. 237-70 e 21-71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo a Faculdade de Educação Musical, pelo brilhante trabalho junto ao 1.º Congresso Interamericano de Musicoterapia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado David Federmann, constante do Expediente, solicitando informações ao sr. Secretário de Educação e Cultura, sobre o montante da despesa contraída por aquela Secretaria, com promessa de pagamento às professoras que realizaram estágio. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja oficiado o sr. Governador do Estado, sugerindo a criação de um Grupo de Trabalho, para junto à Petrobrás, objetivarem a implantação de uma Refinaria de Petróleo, em nosso Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo ao sr. Ministro da Justiça, no sentido de que S. Exa. haja por bem propor ao ilustre Chefe do Poder Executivo, o encaminhamento de mensagem à Câmara dos Deputados, dispondo sobre a suspensão da aplicação da pena prevista no artigo 8.º da Lei n.º 4.737. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Wilson Brandão, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo ao sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de lotar mais oito professoras primárias no Grupo Escolar "Cruz do Pilarzinho". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de aplausos à atitude do sr. Governador do Estado, em apelar ao Presidente do São Paulo Futebol Clube, pela permanência do atleta José Roberto no futebol paranaense. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja enviado apêlo ao sr. Diretor do Departamento de Trânsito, no sentido de que adote providências para dinamizar a expedição de documentos naquela repartição. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Domicílio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que sejam concluída a execução das obras que se encontram paralisadas há mais de 10 anos, da sede do 4.º Distrito Rodoviário no município de União da Vitória. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Wilson Brandão, constante do Expediente, solicitando seja endereçado apêlo ao sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de considerar os reclamos do Grupo Escolar "Nôvo Jardim Alvorada", de Maringá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Wilson Fortes, constante do Expediente, solicitando seja endereçado apêlo ao sr. Secretário de Educação e Cultura, para que não seja revogado o Decreto n.º 22707 que confere autonomia à Faculdade de Educação Musical do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Paulo Poli e outros, constante do Expediente, solicitando a suspensão dos trabalhos da Casa até o dia 2.º de agosto próximo, quando se dará a instalação do 2.º período ordinário de sessões. — **Aprovado.**

Concedo a palavra ao sr. deputado Antônio Belinati, para explicação pessoal.

**O SR. ANTÔNIO BELINATI** — Sr. Presidente e srs. Deputados.

Fato auspicioso ocorreu na cidade de Londrina onde existe um magestoso frigorífico denominado FRIPASA. Este frigorífico foi à falência e permaneceu fechado durante quase três anos. E para euforia dos londrinenses, um grupo acaba de adquirir o acervo do FRIPASA que passará a denominar-se Frigorífico Guapeba S.A., abatendo inicialmente 250 bovinos e 200 suínos, alários.

A reabertura do FRIPASA é algo realmente digno de registro nesta Casa de Leis. Porque era um frigorífico grandioso que não suportando uma crise financeira foi à falência. E agora, com a aquiescência dos credores, ele foi vendido. Reabre suas portas, dando emprego para mais de 300 pais de família.

No instante em que fechara o FRIPASA, mais de 300 pais de família ficaram desempregados; e hoje, é um nôvo aceno a um aumento do mercado de trabalho em Londrina. Queremos também, sr. Presidente, voltar a falar do IPE, Instituto de Previdência do Estado.

O governador do Estado, Leon Peres autorizou o Superintendente do IPE, Laufran Villanueva a fechar dezoito agências que funcionavam no interior do Estado, dando assistência médico-hospitalar a milhares de servidores públicos.

Dezoito municípios localizados no território paranaense, nos mais variados rincões do nosso território. Assim, sr. Presidente, dezenas de funcionários ficaram desempregados; milhares de servidores públicos sem assistência médico-hospitalar mais fácil e mais barata. As agências do IPE fechadas foram as das cidades de: Clevelândia, Piraquara, São José dos Pinhais, Morretes, Lapa, Rio Negro, Castro, Piraí do Sul, Jaguariaíva, Ibaté, Arapongas, Rolândia, Cambé, Ipiranga, Astorga, Cambará, Nova Esperança e Campo Largo.

É de se salientar que as agências de Cambará e Cambé, foram instaladas no Governo do sr. Ney Braga, exercendo as funções de Superintendente do IPE o dr. Manoel Eduardo Correia da Costa.

O motivo alegado pelo Superintendente do IPE, Laufran Villanueva é o de restringir as despesas no interior do Paraná, centralizando o sistema assistencial quando o certo quando a teoria verdadeira, exige a descentralização, levando a assistência ao servidor público onde o servidor residir.

Essa medida tomada, fechando as agências do IPE, vem sacrificar milhares de servidores públicos que terão de se locomover para as agências mais próximas, arcando com despesas de viagem, estadia e perda de dias de trabalho.

Os médicos, na maioria dos casos, exigem exames complementares e para consecuí-los, leva-se normalmente de dois a três dias. Esquece, entretanto, o Superintendente Laufran Villanueva, que os gastos com as agências arbitrariamente fechadas, ultrapassem muito pouco das diárias pagas por viagens não feitas em número tão elevado que ultrapassa à casa dos milhões de cruzeiros.

No fechamento das dezoito agências do IPE no interior do Paraná, o governador Leon Peres entrou de alegre. Vejamos: o Conselho administrativo do IPE, por proposta do seu Superintendente Laufran Villanueva aprovou o fechamento das já referidas agências mas o Superintendente Laufran Villanueva, prevendo por antecipação que essas medidas provocariam uma onda de protesto, tratou de passar a bomba para as mãos do sr. Leon Peres. Preparou um ofício solicitando autorização governamental para executar tão inoportuna medida. Fugindo assim da responsabilidade que é sua, exclusivamente sua, e do Conselho Administrativo, passando-se sorrateiramente ao governador do Estado, Leon Peres.

E já tivemos, com respeito ao IPE alguns pronunciamentos. O IPE é uma autarquia com verba própria, oriunda das contribuições dos servidores, tem absoluta autonomia para fechar quantas agências quiser, sem a prévia autorização do Governador, como teve autoridade o Superintendente Laufran Villanueva para gastar uma fábula na compra de copos e cinzeiros de cristal, tapetes e condicionadores de ar, para o seu luxuoso gabinete, esbanjando o dinheiro dos servidores públicos para satisfazer sua vaidade.

As agências fechadas quase que não davam despesa, a maioria funcionava em salas fornecidas pelas Prefeituras, ou pelo Estado. Em alguns casos, inclusive, havia funcionários colocados à disposição pelo Estado.

E nós queremos, neste nosso pronunciamento, fazer um apelo ao sr. Superintendente do IPE, dr. Laufran Villanueva, para que reabra essas agências fechadas. Na hora que um Brasil grande, um Brasil para frente, na hora em que se procura dar as comodidades indispensáveis àqueles servidores que contribuem com 8% de seu salário para a existência do IPE, queremos condenar o fechamento dessas dezoito agências no Interior, pois que, com esse fechamento, ficarão sobrecarregadas as demais agências. Por exemplo, fechando-se as agências de Cambé, Arapongas, Rolândia, o servidor, na hora que necessitar de médico, de hospital, terá que procurar a agência de Londrina, ou de



Maringá, ou ainda de outra cidade próxima. E, com isso, o servidor perderá dois ou três dias.

Então, para que o servidor tenha um atendimento mais rápido, mais objetivo, é que defendemos aqui, a necessidade do IPE reabrir essas agências. Porque, o IPE não vai acabar. Mas, na nossa opinião, deveria o INPS dar assistência aos servidores estaduais. Essa é uma tese que iremos defender, porque a assistência do INPS chega mais depressa aos seus contribuintes.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a honra e a satisfação de convidar os srs. Deputados para receberem o sr. José Moura Cavalcanti, presidente do INCRA., às 9,15 horas no Aeroporto Afonso Pena.

Sua vinda se prende a diversos assuntos relacionados com litígios de terras.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Acatando a decisão do Plenário, ao aprovar requerimento que lhe foi submetido, a Presidência deixa de convocar qualquer sessão ordinária para antes do dia 31 próximo, salvo, conforme ficou estabelecido, se o sr. Governador indicar a esta Casa novos projetos a serem apreciados ainda no decorrer do fluente período extraordinário. Ocorrendo essa hipótese, a Mesa dará ciência do fato aos srs. Deputados, a fim de que a Assembléia de imediato se reune.

Caso contrário, deverão os Srs. Deputados comparecer à Hora Regimental no dia 2 de agosto próximo vindouro, para a Sessão de Instalação do Segundo Período Ordinário de Sessões da 1a. Sessão Legislativa, da 7a. Legislatura.

Levanta-se a sessão.